

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 20 de abril de 1993

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Consciente de que os dezoito meses que lhe restam de mandato não lhe dão espaço para colocar em execução um plano de estabilização mais abrangente e que este depende, em grande parte, de adaptações constitucionais, o atual governo, contudo, não está disposto a deixar-se dominar pelo imobilismo, como se verifica pela recente entrevista que o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, concedeu a este jornal.

Depois de uma semana de inquietação no mercado, como resultado de uma combinação explosiva de fatos, como um provável desgarramento da inflação da faixa de 25%, um déficit orçamentário da ordem de US\$ 9,5 bilhões e a aprovação pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados de um projeto estabelecendo o reajuste mensal de salários, o ministro da Fazenda saiu a campo para desfazer a armadilha em que o governo poderia enredar-se.

Pela enésima vez, o ministro desmentiu a hipótese de um choque econômico. Que o faça tantas vezes quantas forem necessárias para ganhar a confiança dos investidores, mas esta também requer coerência nas ações do gover-

no como um todo, o que continua sendo o grande desafio. O próprio ministro reconheceu que é fácil colocar idéias no papel. Difícil é praticá-las, se o plano, que deverá ser examinado em reunião ministerial marcada para o próximo dia 24, for aprovado.

Trata-se de um programa politicamente difícil, mas realizável. Na situação a que chegamos, a disposição de zerar o déficit operacional nas três esferas do governo, como preconiza o ministro, é encorajadora, mas não basta. O que é essencial é que o governo, explicitamente, arrote os riscos de cortar despesas, condicionando-as à existência de recursos, e consiga engajar nesse esforço os estados e municípios.

Ao afirmar que serão estabelecidas prioridades rigorosas, o ministro deixou claro que haverá cortes no Orçamento Geral da União (OGU), que não poderão deixar de atingir obras esparsas inscritas na lei de meios pelo

Congresso. Podem ser previstas fortes resistências quanto a esse ponto, mas o governo tem um poderoso trunfo para ganhar o apoio da maioria parlamentar. As suas propostas, que privilegiam os investimentos sociais e aqueles que têm retorno e dão emprego, não são recessivas.

Para o impulso seletivo à economia, a Caixa Econômica Federal voltaria a financiar a casa popular, o Banco do Brasil daria mais suporte ao crédito rural e dotações orçamentárias específicas seriam destinadas a outros programas como o combate à fome, às secas e à cólera. Na área de infra-estrutura, a conclusão de quatro usinas de energia elétrica já está prevista e projetos de recuperação de rodovias poderão ser contemplados, sempre em função da disponibilidade de verbas. Nesse particular, a descentralização pode ser um fator decisivo. Na medida em que, como já vem sendo feito, certas obras puderem ser

transferidas aos estados a que servem, elas adquirirão maior viabilidade. Isso facilitaria, inclusive, a parceria do setor público com a iniciativa privada.

Outro aspecto que deve merecer destaque é a idéia de dar novo escopo à privatização. O governo evolui para uma associação mais estreita com o público investidor, estando propenso a negociar com o Congresso Nacional a revogação de leis que exigem uma participação da União em certas estatais superior à necessária para conservar o controle acionário.

A idéia é construtiva, permitindo capitalizar estatais, como a Telebrás, a Eletrobrás e a Petrobrás. Mas isso, é claro, implica que as tarifas ou preços administrados devam ser remuneradores para atrair investimentos, presumindo a eliminação das defasagens de preços hoje existentes, notadamente nas áreas de energia elétrica e de combustíveis.

Como se vê, o programa, cujos grandes contornos foram delineados pelo ministro da Fazenda, tem uma lógica interna e, se não for distorcido, pode vir a ser de grande importância neste período que estamos atravessando.

Econ. Brasil Um programa difícil, mas realizável